

MPF acusa governo Bolsonaro de impedir retirada de garimpeiros

PLANO IGNORADO

Governo Bolsonaro não tirou garimpo de terra ianomâmi, diz MPF

LUCAS ALTINO E PAULA FERREIRA
luc@oglobo.com.br
paula@oglobo.com.br

Procuradores da República de Roraima disseram ontem que o governo Jair Bolsonaro deixou de aplicar um plano do corpo técnico do Ibama que permitiria retirar em seis meses garimpeiros da Terra Indígena Yanomami, que enfrenta uma crise sanitária. Os procuradores acusaram o antigo governo de tentar esconder a gravidade do problema em 2022, que classificaram de "ano do caos" em terras ianomâmi.

O plano foi validado pela coordenação de fiscalização do Ibama, apresentado

judicialmente, mas jamais aplicado. Diversas vezes o Ibama impediu que houvesse uma logística adequada — afirmou o procurador Alisson Marugal. — Previa atuação de seis meses ininterruptos, com logística aérea, estrutura de embarcação e agentes de fiscalização — detalhou.

O plano foi elaborado no ano passado, segundo o procurador. — Foi apresentado em função de falhas das operações anteriores, que eram muito curtas — explicou.

Entre as falhas, estavam os vazamentos das informações sobre as operações. Marugal disse que o Ministério Público chegou a pedir a empresas de telecomunicações para não implementar o serviço de internet em

terras indígenas:

— Um dos grandes problemas de eficiência de operação de ciclo curto, de 10 a 15 dias, são os vazamentos.

Marugal e o procurador Matheus de Andrade Bueno acrescentaram, em entrevista coletiva em Boa Vista, que encontraram no ano passado "muita resistência" da Secretaria Especial de Saúde Indígena, para que houvesse visibilidade sobre o problema, quando pediram a intervenção no Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomâmi, em novembro.

— Havia tentativa de ocultar o problema, que o Ministério da Saúde sabia que era muito grave — acusou o procurador da República.

Bueno afirmou que já está configurada uma grave cri-

Secretário calcula resgate de mais de mil

> O secretário da Saúde Indígena, Weibe Tapeba, disse ontem acreditar que mais de mil ianomâmi com saúde debilitada ou em vulnerabilidade foram resgatados pelas equipes de reforço enviadas pelo Ministério da Saúde. Segundo Tapeba, os principais problemas dos indígenas são desnutrição e malária.

> — O local que encontramos foi um cenário de guerra, e isso não é apenas modo de falar. Weibe Tapeba informou, em coletiva, que as estruturas dos hospitais de campanha prometidos para Boa Vista e Surucucu, região mais afetada

pelo garimpo ilegal dentro da terra indígena, já começaram a ser instaladas, com ajuda da FAB. O secretário visitou três comunidades ianomâmi que, segundo ele, estão tomadas pelo garimpo:

> — Tem locais que nem chegamos a pousar por conta do garimpo, que ocupou a pista. O crime organizado não se intimida nem com a presença da FAB.

> O governo federal exonerou 54 servidores da Funai e do Ministério da Saúde que trabalhavam com a saúde e a proteção dos povos indígenas. (Karolini Bandeira e Alice Cravo)

se humanitária e a responsabilização do governo do ponto de vista cível. A responsabilização criminal e por genocídio depende mais apurações, segundo o procurador:

— O que dá para reconhecer é que a situação em que as crianças se encontravam impedia a comunidade de se renovar. São várias comunidades. Se trata de identificar se determinadas comunidades teriam ou não risco de extinção.

"PROBLEMA HISTÓRICO"

Secretário de Saúde Indígena de 2020 até março de 2022, Robson Santos afirmou que o governo federal agiu para atender a população por repasse de recursos, envio de insumos e disponibilização de mão de obra. Ele destacou que na sua gestão houve uma pandemia:

— Cada distrito de saúde indígena desse tem o seu coordenador. Cada distrito desse tem uma demanda financeira e na minha gestão sempre teve dinheiro. Mandamos insumos, inseticidas, borrifadores. Fizemos o acompanhamento de todos os indicadores. É uma situação que eu lamento. Mas é um problema histórico. Desde antes da demarcação, a história repete: surto de malária, desnutrição — disse ao GLOBO. — Infelizmente, por questões históricas, os indígenas participam do garimpo. Não todos, mas participam. Não estou colocando a culpa no indígena. Mas ali há uma ausência histórica do Estado brasileiro, não é do Bolsonaro.

O ex-ministro da Saúde Marcelo Queiroga e a ex-ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos Damares Alves foram procurados, mas não se manifestaram. Damares afirmou em publicação nas redes que no antigo governo, a política indigenista era executada nos ministérios da Educação, da Saúde e da Justiça. Disse ainda que à sua pasta "cabia receber denúncias de violações de direitos dos indígenas e encaminhá-las às autoridades responsáveis".

O ex-presidente do Ibama Eduardo Bim, que comandou o órgão sob Bolsonaro, foi procurado, mas não respondeu. A atual gestão da Funai não respondeu até o fechamento desta edição. O ex-presidente da Funai Marcelo Xavier não foi localizado pela reportagem.



Emergência sanitária. Distribuição de comida pela FAB na terra ianomâmi no fim de semana; secretário calcula que mais de mil foram atendidos, desde que Ministério da Saúde decretou intervenção

ONG evangélica contratou médicos que não chegaram

Entidade recebeu R\$ 872 milhões, segundo Portal da Transparência

ALVARO GRIBEL
alvar@oglobo.com.br

Há um mistério quando se olha para os orçamentos do governo federal voltados para a saúde indígena. De 2019 a 2022, quase todo o dinheiro foi gasto, mas tudo indica que os recursos foram mal empregados, beneficiando organizações pouco eficientes ou até mesmo garimpeiros donos de empresas de transporte aéreo na região, como aler-

ta o presidente da Urihi Associação Yanomami, Júnior Hekurari Yanomami.

Pelo Portal da Transparência, nos quatro anos do governo Jair Bolsonaro, o Programa de Proteção e Recuperação da Saúde Indígena teve um orçamento de R\$ 6,13 bilhões, com R\$ 5,44 bilhões, de fato, gastos. Ou seja, um percentual de execução de 88%.

A entidade que mais recebeu recursos foi a ONG

evangélica Missão Caiuá, que diz "estar a serviço do índio para a glória de Deus". Nesses quatro anos, foram R\$ 872 milhões enviados à organização, sediada no Mato Grosso do Sul. Quase o dobro da segunda entidade que mais recebeu recursos, o Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueiredo, com R\$ 462 milhões.

Júnior explica que a ONG Caiuá faz apenas a contratação de funcionários, como

médicos e enfermeiros, mas eles não têm entrado nas terras indígenas nos últimos quatro anos. Uma outra fonte que trabalhou na Funai, mas que prefere não ser identificada, diz que a Caiuá contrata pessoal por um ano, fazendo demissões em dezembro para recontratar em janeiro. O que cria um déficit de pessoal no primeiro mês do ano. O objetivo é evitar o vínculo empregatício.

O advogado da ONG, Cleverson Daniel Dutra, confirma que o papel da ONG é contratar funcionários da área de saúde, mas o governo federal não conseguiu levar os médicos e enfermeiros até as aldeias mais necessitadas. Cleverson diz que os vínculos de trabalho têm 12 meses, mas

são prorrogados quando os convênios são renovados pelo governo federal:

— O convênio já existe desde 2019. Anualmente, os valores ultrapassam R\$ 40 milhões, até R\$ 45 milhões, no caso dos ianomâmi. Mas nem tudo é repassado, há contingências. Esse valor exclusivamente é para a entidade contratar profissionais da área de saúde. Só dá essa soma maior (R\$ 872 milhões) quando entram outras áreas. Nosso maior problema é que disponibilizamos esses profissionais para o governo, técnicos de enfermagem, por exemplo, para a Secretaria Especial de Saúde Indígena e os Distritos Sanitários Especiais Indígenas, que são os órgãos do governo estão no local. Mas

o deslocamento é de responsabilidade do governo federal. Eles que precisam contratar aeronaves ou terceirizar empresas.

Segundo Cleverson, de 2019 a 2022, o orçamento previsto para a Caiuá atuar nas áreas ianomâmi foi de R\$ 182,28 milhões, dos quais R\$ 147,91 milhões foram executados.

Não é difícil entender como os indígenas morrem por desnutrição, segundo a fonte da Funai. Como não têm geladeiras e nem todas as terras são boas para o plantio, precisam caçar e pescar. Quando uma enfermidade acomete parte de uma aldeia, como uma gripe ou pneumonia, perdem a capacidade de ir atrás dos alimentos. A crise se alastra em questão de dias.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Brasil **Página:** 11